



CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

Prédio

Sala

Carteira

Inscrição

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

Não há como não ressaltar a fortíssima repercussão – e os aplausos – da encíclica *Laudato Si*, do papa Francisco, principalmente as questões ali relacionadas com meio ambiente – uma delas, a dos recursos hídricos. Também é instigante verificar a coincidência da encíclica em temas centrais – como o da água – com os enunciados na mesma semana por um novo documento da Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos.

Pode-se começar pela questão dos recursos hídricos, com base em estudos da Nasa decorrentes de registros de satélites (pesquisas de 2003 a 2013). Neles se ressalta que “o mundo caminha para a falta de água” e que 21 dos 37 maiores aquíferos subterrâneos do mundo “estão sendo exauridos em níveis alarmantes”, pois a retirada é maior que a reposição. E isso acontece simultaneamente com algumas das secas mais fortes da história, inclusive nos EUA e no Nordeste brasileiro.

A encíclica papal investe pesadamente contra a “crescente tendência à privatização” dos recursos hídricos no mundo, “apesar de sua escassez” – e tendendo a transformá-los “em mercadoria, sujeita às leis do mercado” –, o que prejudicaria muito os pobres. E a água continua a ser desperdiçada, em países ricos e nos menos desenvolvidos. O conjunto de causas leva a um aumento do custo de alimentos – a ponto de vários estudos indicarem um déficit de recursos hídricos em poucas décadas –, afetando “bilhões de pessoas”. Além disso, seria admissível pensar que “o controle da água por grandes empresas multinacionais de negócios” pode tornar-se “um dos fatores mais importantes de conflitos neste século”.

Essas causas podem levar também à dramática perda da biodiversidade, que se ressentir ainda da ação de produtos químicos nas lavouras. Nesse ponto, a encíclica é muito direta e dura ao ressaltar que na Amazônia e na bacia do Congo “interesses globais, sob pretexto de proteger os negócios, podem solapar a soberania das nações”. Já há até – diz o documento – “propostas de internacionalização da Amazônia, que serviriam apenas aos interesses econômicos de corporações transnacionais”.

A encíclica papal e os estudos da Nasa são dois documentos que nos põem diante das questões cruciais para a humanidade nestes tempos conturbados. Não há como fugir a elas em nenhum lugar. Em termos de Brasil, convém que prestemos muita atenção a documentos como o da Pesquisa Nacional por Amostragem de Municípios, que aponta milhões de brasileiros vivendo na miséria e outras dezenas de milhões abaixo do nível de pobreza. A hora de agir é agora.

(Washington Novaes. *O Estado de S. Paulo*. 26.06.2015. Adaptado)

01. Lendo-se o texto, conclui-se que o ponto de vista do autor

- (A) constrói-se a partir da apresentação de dados estatísticos, mas sem emitir uma posição definida sobre a questão hídrica.
- (B) desenvolve argumentação subjetiva, desvinculada das pesquisas sobre recursos hídricos, feitas pelos órgãos competentes.
- (C) corrobora a opinião formulada por agentes representativos de setores diversos, quanto aos problemas relativos ao meio ambiente.
- (D) prescinde de um posicionamento claro, pois, limita-se a citar documentos inconsistentes sobre o meio ambiente.
- (E) defende a ideia de que é preciso contrapor-se às conclusões dos cientistas sobre a escassez hídrica do planeta.

02. No contexto do último parágrafo, as frases – Não há como fugir a elas em nenhum lugar. – e – A hora de agir é agora. – contêm afirmações explícitas, mas elas permitem ao leitor inferir, respectivamente, que:

- (A) As questões cruciais da humanidade têm de ser encaradas por todos. / Este é o momento de uma ação inadiável.
- (B) É melhor atenuar o impacto dos problemas cruciais da humanidade. / Avaliar a melhor hora de agir é sensato.
- (C) Ainda dá tempo de livrar a humanidade de seus graves problemas. / Recomenda-se, neste momento, agir moderadamente.
- (D) É difícil, neste momento, identificar quais são os problemas cruciais da humanidade. / Ou se age agora ou se perde a oportunidade.
- (E) Os problemas da humanidade são tantos que é melhor ignorá-los. / Deixar para agir depois pode trazer danos.

03. A frase – Os maiores aquíferos subterrâneos estão sendo exauridos em níveis alarmantes. – indica que os aquíferos

- (A) proliferam-se assustadoramente.
- (B) esgotam-se inquietantemente.
- (C) esvaem-se paulatinamente.
- (D) normalizam-se eficientemente.
- (E) dissipam-se criteriosamente.

04. Os pronomes **sua** e **los**, em destaque no início do terceiro parágrafo, estabelecem relação com o termo

- (A) mencionado anteriormente: recursos hídricos.
- (B) explicitado ao final do parágrafo: bilhões de pessoas.
- (C) subentendido: privatização.
- (D) enunciado no começo da frase: encíclica papal.
- (E) citado em seguida: os pobres.

05. Assinale a alternativa em que as duas frases estão corretas quanto à flexão do verbo e à colocação do pronome **se**.

- (A) Convém que presta-se mais atenção aos documentos sobre os recursos hídricos. / É bom que as pessoas não distanciem-se das questões ambientais.
- (B) Convém que se preste mais atenção aos documentos sobre os recursos hídricos. / É bom que as pessoas não distanciam-se das questões ambientais.
- (C) Convém que se presta mais atenção aos documentos sobre os recursos hídricos. / É bom que as pessoas não se distanciam das questões ambientais.
- (D) Convém que se presta mais atenção aos documentos sobre os recursos hídricos. / É bom que as pessoas não distanciem-se das questões ambientais.
- (E) Convém que se preste mais atenção aos documentos sobre os recursos hídricos. / É bom que as pessoas não se distanciem das questões ambientais.

06. Leia as frases a seguir.

O poder e a soberania das nações _____ por interesses globais.

_____ os estudos da Nasa que o mundo caminha para a falta de água.

Já _____ propostas de internacionalização da Amazônia.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das frases, de acordo com a norma-padrão.

- (A) serão solapadas ... Ressalta ... existe
- (B) será solapada ... Ressalta ... existem
- (C) será solapados ... Ressaltam ... existia
- (D) serão solapados ... Ressaltam ... existem
- (E) serão solapados ... Ressalta ... existem

07. Reescrevendo-se a frase – A encíclica papal investe contra a tendência à privatização dos recursos hídricos. – tem-se versão correta, quanto à regência e ao emprego do acento indicativo da crase, em:

- (A) A encíclica papal opõe-se na propensão à privatizar os recursos hídricos.
- (B) A encíclica papal opõe-se à propensão a privatizar os recursos hídricos.
- (C) A encíclica papal opõe-se à propensão à privatizar os recursos hídricos.
- (D) A encíclica papal opõe-se a propensão à privatizar os recursos hídricos.
- (E) A encíclica papal opõe-se na propensão a privatizar os recursos hídricos.

08. Assinale a alternativa em que a pontuação foi empregada de acordo com a norma-padrão.

- (A) Os documentos científicos são, precisos e revelam que milhões de brasileiros, vivem na miséria e outras dezenas de milhões, abaixo do nível, de pobreza.
- (B) Os documentos científicos, são precisos e revelam que, milhões de brasileiros vivem, na miséria e outras dezenas de milhões, abaixo, do nível de pobreza.
- (C) Os documentos científicos são precisos e revelam que milhões de brasileiros vivem na miséria, e outras dezenas de milhões, abaixo do nível de pobreza.
- (D) Os documentos científicos, são precisos e, revelam que, milhões de brasileiros, vivem, na miséria, e outras dezenas de milhões, abaixo do nível, de pobreza.
- (E) Os documentos científicos são, precisos e revelam que milhões, de brasileiros, vivem na miséria e outras dezenas, de milhões, abaixo do nível, de pobreza.

09. Relacionando-se a charge a seguir ao texto lido, conclui-se que



(www.google.com.br)

- (A) a provisão de água no planeta é promissora, de acordo com a charge, mas Washington Novaes está muito descrente.
- (B) a suspeita de que os aquíferos se esvaziarão é improcedente, como comprovam os elementos da charge.
- (C) a água no planeta é inextinguível, segundo a charge, e os países ricos encontrarão um meio de fornecê-la às populações pobres.
- (D) a charge sugere controlar o consumo da água, para que não se agrave o cenário caótico das condições dos recursos hídricos.
- (E) Washington Novaes baseia-se em dados científicos e não no potencial hídrico do planeta, demonstrado pela charge.
10. Assinale a alternativa em que a palavra **água** está empregada em sentido figurado.
- (A) Na água lançamos os nossos fétidos esgotos e os resíduos de uma produção industrial contaminada.
- (B) A química dos nossos adubos e pesticidas agrícolas, os restos daquilo que não queremos mais são lançados na água.
- (C) Se falta água limpa para aplacar nossa sede e cultivar nossos alimentos, falta consciência para zelar, preservar e despoluir fontes e reservas.
- (D) As águas subterrâneas guardadas por séculos e milênios nós conseguimos poluir: é a poluição invisível das águas profundas.
- (E) É inaceitável que os países ricos resistam a adotar medidas de proteção ambiental; até que eles se conscientizem dessa necessidade, a busca de soluções navegará ainda por águas turvas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. As normas constitucionais por meio das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei, são aquelas normas de eficácia
- (A) contida ou irrestringível.
- (B) plena quanto aos princípios institutivos.
- (C) limitada quanto aos princípios institutivos.
- (D) limitada quanto aos princípios programáticos.
- (E) plena e restringível.
12. Em relação aos remédios constitucionais previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) cabe mandado de injunção tanto nas relações de natureza pública como nas relações privadas, como por exemplo, nas relações de emprego privado.
- (B) o *habeas corpus* é circunscrito aos casos de constrangimento corporal.
- (C) o direito de petição cabe a qualquer pessoa física, desde que tenha nacionalidade brasileira.
- (D) o direito de petição pode ser formulado pelas forças militares, enquanto grupo.
- (E) o mandado de segurança é cabível contra lei em tese, mas não tem cabimento quando se tratar de lei de efeito concreto.
13. O princípio que deve ser entendido como meio de evitar que se incluam na lei orçamentária normas relativas a outros campos jurídicos, tais como as que modificam ou ampliam, por exemplo, a legislação de pessoal, é o
- (A) da programação.
- (B) da exclusividade.
- (C) do equilíbrio financeiro.
- (D) da anualidade.
- (E) da legalidade.

14. A autonomia municipal, dentre outras, configura-se na capacidade de auto-organização e normatização própria, mediante a elaboração de lei orgânica própria, que será votada em
- (A) um turno, pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) dois turnos, com interstício máximo de cinco dias úteis, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (C) dois turnos, com interstício máximo de cinco dias úteis, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - (E) três turnos consecutivos, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
15. No que diz respeito ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.
- (A) As emendas se constituem em proposições apresentadas pelos parlamentares, como acessórias a outra.
 - (B) Emendas modificativas são aquelas que determinam a erradicação de qualquer parte da proposição original.
 - (C) A votação da matéria legislativa constitui ato individualizado das Casas do Congresso Nacional.
 - (D) A sanção e o veto são atos concorrentes entre o Presidente da República e o Senado Federal.
 - (E) A promulgação de projeto de lei se configura em ato de natureza legislativa.

16. Maria, interessada em obter informações sobre o andamento de um pedido de interesse geral junto à Secretaria da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá, é informada pelo funcionário responsável que não poderá ter acesso à informação requerida. Nesse caso, e conforme dispõe a Lei nº 12.527/2011, o que poderá fazer Maria?
- (A) Encaminhar novo requerimento de solicitação de acesso à mesma informação, dirigido à autoridade hierarquicamente superior ao funcionário que exarou a decisão impugnada.
 - (B) Recorrer da decisão, encaminhando o requerimento para o funcionário competente que a atendeu, no prazo de 02 (dois) dias, expondo os motivos determinantes da solicitação da informação.
 - (C) Conformar-se com a decisão, uma vez que o pedido refere-se a um interesse geral de caráter sigiloso.
 - (D) Não recorrer contra a decisão, uma vez que lhe foi comunicado que a informação requerida está contida em documento cuja manipulação poderá prejudicar sua integridade.
 - (E) Interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da negativa do acesso à informação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17. A Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada. São consideradas entidades da Administração Indireta no direito moderno a Autarquia, a Empresa Pública, a Sociedade de Economia Mista e as Fundações Públicas. Nesse contexto, pode-se afirmar que a Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG,
- (A) é uma sociedade de economia mista por ações, com sede e foro no Município de Guaratinguetá.
 - (B) é uma autarquia municipal, sendo atualmente considerada uma pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público.
 - (C) é uma pessoa jurídica de direito privado, contratada pela Prefeitura Municipal de Guaratinguetá para prestar serviços públicos.
 - (D) é uma empresa pública, reconhecida atualmente como agência reguladora, com atribuições específicas e vinculada à Prefeitura Municipal de Guaratinguetá.
 - (E) é uma autarquia de regime especial, vinculada diretamente ao gabinete do Prefeito, com sede e foro no Município de Guaratinguetá.

18. Com relação ao fornecimento residencial de água prestado pela Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, é correto afirmar que se trata de um serviço público
- (A) coletivo, delegável, prestado a um agrupamento indeterminado de pessoas (*uti universi*) e, nos termos da Constituição Federal, privativo do município.
 - (B) coletivo, mensurável, delegável, prestado a destinatário individualizado (*uti singuli*).
 - (C) singular, mensurável, delegável, prestado a um agrupamento indeterminado de pessoas (*uti universi*).
 - (D) singular, delegável, prestado a um agrupamento indeterminado de pessoas (*uti universi*) e, nos termos da Constituição Federal, privativo do município.
 - (E) singular, mensurável, delegável e prestado a destinatário individualizado (*uti singuli*).
19. A Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG objetiva contratar serviço de coleta e transporte dos resíduos urbanos até a unidade de transferência, operação da unidade de transferência dos resíduos urbanos e transporte dos resíduos urbanos da unidade de transferência até o aterro sanitário (valor estimado de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). Apenas alicerçado nessas informações, é correto afirmar que
- (A) é lícito que o contrato poderá ser celebrado, dispensando-se a licitação, em razão da urgência de atendimento de situação que poderá ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços.
 - (B) a concorrência internacional, em razão do valor estimado, será a modalidade de licitação adequada, sendo uma das exigências da legislação a participação de consórcio público.
 - (C) a tomada de preço será a modalidade de licitação adequada à contratação, desde que entre interessados previamente cadastrados nos registros dos órgãos públicos.
 - (D) a concorrência será a modalidade de licitação adequada, sendo obrigatória uma fase inicial de habilitação preliminar, na qual serão aferidas as condições de cada participante.
 - (E) a licitação será inexigível, em razão da inviabilidade de competição, pois o serviço somente poderá ser prestado por fornecedor exclusivo.
20. Considere a hipótese de uma Prefeitura Municipal celebrar contrato com a empresa “XXX” visando à prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos urbanos. Ao analisar a documentação que instruiu a licitação, constatam-se falhas no tocante à impropriedades relacionadas aos orçamentos estimativos que balizaram o certame licitatório e serviram de parâmetro para verificação da compatibilidade das propostas com os valores praticados no mercado. Pesquisas realizadas no site da Receita Federal do Brasil revelaram ainda que dois, dos três orçamentos prévios, foram obtidos junto às empresas “YYY” e “ZZZ”, não habilitadas ao exercício da atividade de coleta de resíduos sólidos. A única empresa regularmente habilitada foi a empresa “XXX”, coincidentemente, a vencedora do certame.
- Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Não se constata qualquer irregularidade na contratação ou no processo licitatório da empresa “XXX”, pois, sendo a única habilitada, a sua contratação está em sintonia com a Lei Federal nº 8.666/93.
 - (B) A contratação somente poderá ser anulada pelo Tribunal de Contas, após a reprovação do processo licitatório, sendo vedada à Administração Pública, até o referido julgamento, a análise das condições e termos do contrato.
 - (C) A falta de orçamento prévio confiável representa falta grave, apta a conduzir à reprovação da licitação e do contrato decorrente, por configurar clara violação à Lei Federal nº 8.666/93.
 - (D) As eventuais falhas no processo licitatório não contaminam a licitação e o respectivo contrato da empresa “XXX”, pois restou demonstrado que esta era a única habilitada a prestar o serviço, podendo ser contratada até por dispensa de licitação.
 - (E) As falhas verificadas no processo licitatório não são relevantes e, portanto, a contratação da empresa “XXX” é legítima, devendo-se apenas refazer a pesquisa dos orçamentos estimativos e comunicar o fato ao Tribunal de Contas.

- 21.** Com relação aos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais e Vereadores previstos no Decreto-Lei nº 201/1967, é correto afirmar que
- (A) o julgamento pelo Judiciário dependerá sempre do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
 - (B) ao nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei, o Prefeito Municipal, se condenado, poderá ser punido com pena de detenção, de três meses a três anos.
 - (C) ao descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro, o Prefeito Municipal cometerá crime de responsabilidade que o sujeitará ao julgamento pelo Poder Judiciário local.
 - (D) o Vice-Prefeito, quando substituir o Prefeito Municipal, ficará sujeito ao mesmo processo do substituído somente até a cessação da substituição.
 - (E) o Presidente da Câmara dos Vereadores poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final.
- 22.** Com relação ao instituto da desapropriação, é correto afirmar que
- (A) tredestinação é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel caso o mesmo não tenha o destino para que se desapropriou.
 - (B) os honorários de advogado em desapropriação direta não são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigida monetariamente.
 - (C) retrocessão ocorre quando há a destinação de um bem expropriado a finalidade diversa da que se planejou inicialmente.
 - (D) pela demora no pagamento do preço da desapropriação não cabe indenização complementar além dos juros.
 - (E) o ato de desapropriação não poderá ser anulado pelo Poder Judiciário em sede de mandado de segurança.
- 23.** Assinale a alternativa correta com relação aos servidores públicos.
- (A) O Supremo Tribunal Federal sumulou o seguinte entendimento: funcionário nomeado por concurso tem direito à posse.
 - (B) A Constituição Federal estabelece que a lei assegurará aos servidores da Administração Direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder.
 - (C) O Superior Tribunal de Justiça sumulou o seguinte entendimento: compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.
 - (D) A Constituição Federal estabelece que os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.
 - (E) O Supremo Tribunal Federal sumulou o seguinte entendimento: o direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
- 24.** Nos termos da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades da Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e, notadamente:
- (A) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
 - (B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
 - (C) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei.
 - (D) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
 - (E) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

25. Hipoteticamente foi aprovada a Lei Federal número 00001/2015, sendo promulgada pelo Executivo em 15.06.2015, e publicada oficialmente no Diário da União em 01.07.2015. Analisando esse caso, sobre a eficácia da lei no tempo, é correto afirmar que

- (A) tal lei, caso não traga o período de *vacatio legis*, vigorará em 45 dias depois de oficialmente publicada.
- (B) caso não traga o período de *vacatio legis*, vigorará a partir de 45 dias depois de sua promulgação.
- (C) todas as leis obrigatoriamente devem trazer em seu bojo o período de *vacatio legis*, sendo nula se assim não dispuser.
- (D) caso não traga o período de *vacatio legis*, vigorará a partir de 180 dias depois de oficialmente publicada.
- (E) tal lei, caso não traga o período de *vacatio legis*, vigorará em 180 dias depois de sua promulgação.

26. Assinale a alternativa que traz, corretamente, um dos requisitos necessários para que uma sentença estrangeira possa ser executada no Brasil.

- (A) Haver sido proferida por juiz ou árbitro competente.
- (B) Terem sido as partes citadas, não sendo possível que se execute sentenças derivadas de processos onde legalmente se verificou revelia.
- (C) Ter passado em julgado, independentemente de vir revestida das formalidades necessárias para a execução, no lugar em que foi proferida.
- (D) Estar traduzida por intérprete, mesmo não sendo juramentado ou autorizado.
- (E) Ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

27. Manuel é médico do Exército Brasileiro. Em janeiro de 2010, teve seu automóvel, que estava estacionado, abalroado por Nicolas, tendo um grande prejuízo material por conta de tal fato. Porém, em março de 2010, foi designado para uma missão humanitária no Haiti a serviço do Exército, retornando ao Brasil apenas em janeiro de 2014.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que Manuel

- (A) não poderá ingressar com ação contra Nicolas, pois operou-se a prescrição no caso em tela, cujo prazo é de três anos a contar da data dos fatos para requerer reparação civil.
- (B) poderá ingressar com ação contra Nicolas, uma vez que em caso de reparação civil, o prazo prescricional será de cinco anos a contar da data dos fatos, tendo, portanto, aproximadamente um ano para propor a ação.
- (C) não poderá mais pleitear direitos contra Nicolas, pois passados três anos da data dos fatos, opera-se a decadência para requerer a reparação civil.
- (D) poderá pleitear seus direitos contra Nicolas, tendo em vista que durante o período que estava a serviço do Exército, o prazo prescricional de três anos para requerer reparação civil ficou interrompido.
- (E) poderá pleitear seus direitos contra Nicolas, tendo em vista que durante o período que estava a serviço do Exército, o prazo prescricional de três anos para requerer reparação civil ficou suspenso.

28. Maria de Lima, menor de 15 anos, é filha de Antônio de Lima e Joana Albuquerque de Lima. É atriz famosa, conhecida no mundo artístico como "Nina".

Nessa situação, Maria

- (A) após atingir a maioridade poderá, dentro do prazo de um ano, inserir o nome materno em seu nome, sem que necessite fazer qualquer justificativa.
- (B) poderá incluir a qualquer tempo em seu nome o apelido artístico, "Nina", o que poderá ser feito administrativamente, com pedido simples dirigido ao Cartório de Registro Civil, após atingir a maioridade.
- (C) não poderá substituir seu prenome por Nina, apelido pelo qual é conhecida, independentemente de autorização judicial.
- (D) após atingir a maioridade poderá, dentro do prazo de dois anos, inserir o nome materno em seu nome, sem que necessite fazer qualquer justificativa.
- (E) só poderá alterar seu nome, incluindo o apelido, se casar-se, quando então será possível fazer a alteração a seu gosto.

- 29.** Antônio Marcos conviveu maritalmente com Milena por dez anos. Em 2011 deixou o imóvel urbano que comprou durante a constância da união estável, sem mais retornar, abandonando o lar, sendo que Milena, pessoa humilde, dona de casa, desprovida de outros bens, permanece até a presente data residindo no imóvel com os dois filhos do casal. Diante do quadro exposto, é correto afirmar que
- (A) Milena poderá requerer declaração a seu favor da exclusiva propriedade do bem, caso a metragem do imóvel não ultrapasse duzentos metros quadrados, tendo em vista que já ultrapassados os três anos necessários do abandono do lar por parte de Antônio, para que se configure usucapião familiar.
 - (B) a propriedade do imóvel pertencerá sempre a ambos, sendo infundada qualquer pretensão de Milena no sentido de adquirir a propriedade exclusiva do bem, uma vez que este foi adquirido na vigência da união estável.
 - (C) poderá Milena ter somente para si declarada a propriedade do imóvel em questão, caso este tenha no máximo duzentos e cinquenta metros quadrados, uma vez que já passados dois anos do abandono do imóvel por Antônio Marcos, tempo mínimo necessário para se configurar usucapião familiar.
 - (D) mesmo que Milena tivesse outros imóveis, configurar-se-ia usucapião familiar por sua posse ininterrupta e exclusiva sobre o bem pelo prazo de dois anos, num imóvel de até duzentos e cinquenta metros quadrados.
 - (E) não estão preenchidos no caso em tela os requisitos totais da usucapião familiar, pois mesmo que o imóvel tenha até duzentos e cinquenta metros quadrados, o prazo de posse exclusiva e ininterrupta que o caracterizaria é de dez anos.
- 30.** Acerca das disposições gerais constantes no Código Civil que tutelam os direitos reais sobre coisas alheias, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.
 - (B) A propriedade superveniente torna ineficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.
 - (C) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título ou na quitação.
 - (D) O credor anticrético não tem direito a reter em seu poder o bem enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos dez anos da data de sua constituição.
 - (E) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- 31.** Pedro é proprietário de um imóvel que fica próximo a um rio. A SAEG necessita fazer uma obra de interligação de tubulações desse rio para uma estação de tratamento de água, e, para tanto, terá que passar uma tubulação pelo imóvel de Pedro.
- Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) a legislação faculta a Pedro permitir ou não a passagem da tubulação por seu imóvel. Se houver sua negativa, a SAEG deverá estudar outra forma de conseguir realizar a obra.
 - (B) independentemente do recebimento de qualquer indenização, Pedro é obrigado a tolerar a passagem por seu imóvel das tubulações que servirão de utilidade pública.
 - (C) Pedro é obrigado a tolerar a passagem das tubulações e deverá ser indenizado de forma que atenda, também, a desvalorização da área remanescente, sendo certo que, se por vários meios a obra puder ser realizada, a SAEG escolherá a que melhor atenda ao seu projeto, mesmo que outro meio menos gravoso ao prédio de Pedro seja alternativa.
 - (D) Pedro é, em regra, obrigado a tolerar a passagem das tubulações, sendo que, se este for o único imóvel que possuir, e nele fixar sua residência, a lei desobriga a passagem forçada da tubulação que serviria de utilidade pública.
 - (E) se as instalações oferecerem risco ao imóvel de Pedro, lhe será facultado exigir da SAEG que realize obras de segurança para evitar maiores prejuízos.
- 32.** Evicção é a perda total ou parcial da coisa adquirida em favor de terceiro, que tem direito anterior. Sobre a tutela deste instituto no Código Civil, é correto afirmar que
- (A) nos contratos onerosos ou gratuitos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
 - (B) se o adquirente tiver auferido vantagens das deteriorações, e não tiver sido condenado a indenizá-las, tais valores não serão deduzidos da quantia que lhe houver de dar o alienante.
 - (C) é proibido às partes, evicto e evictor, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
 - (D) o preço, seja a evicção total ou parcial, será o do valor da coisa, na época em que se eventou, e proporcional ao desfalque sofrido, no caso de evicção parcial.
 - (E) pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

33. Um consumidor adquire na loja Y um videogame, da marca X, para dar de presente ao seu filho. Ao instalar o produto em sua casa, percebe que um dos controles de acesso ao jogo não está funcionando, mas que o restante está em perfeito estado. O que pode esse consumidor exigir?

- (A) Só poderá exigir do fabricante a imediata troca do produto.
- (B) Poderá reclamar na loja ou com o fabricante do produto, que terão 30 dias para sanar o vício apresentado.
- (C) Só poderá reclamar com a loja, requerendo a imediata devolução do dinheiro empregado na compra do bem.
- (D) Poderá reclamar apenas com o fabricante que tem como única alternativa conceder o abatimento no preço do produto.
- (E) Poderá reclamar na loja, em 7 dias após a compra do produto, sendo que, passado esse prazo, só poderá reclamar com o fabricante que terá 30 dias para sanar o vício.

34. Viviane foi a uma loja de cosméticos comprar um presente de aniversário para sua irmã. Adquiriu um creme hidratante e um estojo de maquiagem. Ao comprar os produtos questionou a vendedora se sua irmã, caso não gostasse do presente, poderia trocá-lo. A vendedora afirmou que sim, e disse que em caso de troca bastava que fosse apresentado o cartão de troca colocado na embalagem, concedendo trinta dias a partir daquela data para que a troca fosse feita, se os lacres dos produtos não fossem violados. Ao presentear sua irmã, essa lhe mostra outro estojo de maquiagem idêntico que havia ganhado de seu marido. Diante desta situação hipotética, e considerando o entendimento jurisprudencial atual, é correto afirmar que

- (A) independentemente da promessa da vendedora, a troca de produtos só é obrigatória no caso de vício do bem adquirido.
- (B) a troca do produto somente poderá ser realizada se a irmã de Viviane apresentar o comprovante de pagamento da compra, pelo princípio da boa-fé subjetiva que rege as relações de consumo.
- (C) a troca poderá ser feita se a irmã de Viviane cumprir as exigências do fornecedor, fazendo-a em trinta dias da data da compra, apresentando o cartão de troca e mantendo o lacre inviolado.
- (D) não é possível a realização da troca pela irmã de Viviane, pois apenas quem comprou o bem tem o direito de reclamar de vícios nele constantes.
- (E) a troca só poderá ser realizada pelo motivo exposto no caso em tela se for feita em sete dias, valendo-se Viviane de seu direito de arrependimento.

35. Uma rede de locação de automóveis, com sede no Brasil e várias filiais no exterior, faz publicidade durante seis meses afirmando que quem fizer locações durante os primeiros meses do ano até julho, terá uma diária gratuita da locação de veículos em qualquer parte do mundo. Porém, vários consumidores passam a reclamar, dizendo que ao exigir no exterior esse direito, isso lhes é negado sob a alegação de que a promoção só seria válida no Brasil.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de publicidade abusiva, direito coletivo *stricto sensu*, poderá o Ministério Público, como um dos legitimados ativos, exigir da empresa que ofereça aos consumidores o que foi prometido.
- (B) Sendo a publicidade um direito individual homogêneo, apenas os consumidores lesados poderão exigir que a publicidade seja cumprida, por tratar-se de oferta enganosa.
- (C) A rede fez publicidade abusiva, pois emprega uma falsidade na oferta veiculada, prejudicando inúmeros consumidores.
- (D) A empresa age dentro dos limites da legalidade, pois se a sede da empresa é no território brasileiro, a promoção deve restringir-se ao território nacional.
- (E) Por se tratar de publicidade enganosa, direito difuso, poderá o Ministério Público, como um dos legitimados ativos, exigir da empresa que cumpra com o que foi prometido aos consumidores.

36. Dentro do que prevê o Código de Defesa do Consumidor acerca da coisa julgada nas ações coletivas, é correto afirmar que terá efeito

- (A) *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de direitos coletivos *stricto sensu*.
- (B) *ultra partes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de direitos individuais homogêneos.
- (C) *ultra partes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de direitos coletivos *stricto sensu*.
- (D) *erga omnes*, apenas no caso de procedência, para beneficiar todas as vítimas no caso de direitos difusos.
- (E) *ultra partes*, apenas no caso de procedência, para beneficiar todas as vítimas no caso de direitos individuais homogêneos.

37. João é autor de uma ação contra José. Designada a audiência de instrução e julgamento, são arroladas várias testemunhas, sendo que o advogado de José coloca no rol do seu cliente, Manoel, que por sua vez é autor de uma ação em trâmite contra João. Manoel já declarou a João que faria de tudo para prejudicá-lo, sendo que ajudaria José a ganhar a causa, porque sairia em vantagem na sua ação se isso acontecesse, tendo inclusive lhe enviado e-mail com esses termos.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O advogado de João poderá contraditar a testemunha Manoel, alegando que este é impedido de depor em razão de inimizade e interesse na causa.
- (B) Não há qualquer impedimento para que Manoel seja considerado testemunha legítima a favor de José, uma vez que o fato de estar em trâmite um processo seu contra João não maculará seu depoimento.
- (C) O advogado de João poderá contraditar a testemunha Manoel, dizendo que é incapaz de depor, tendo em vista que tem interesse no litígio.
- (D) O advogado de João poderá contraditar a testemunha Manoel, alegando sua suspeição, por inimizade e interesse na causa, sendo que mesmo se aceita a contradita, o juiz poderá ouvi-lo como informante, desde que o juiz fundamente sua decisão.
- (E) O advogado de João poderá contraditar a testemunha Manoel, alegando sua suspeição, por inimizade e interesse na causa, sendo que se aceita a contradita o juiz estará obrigado a dispensar seu depoimento.

38. Antunes Massas e Buffet LTDA é executado numa ação promovida por Nair Bela, decorrente do inadimplemento total de um cheque. Porém, o executado tem provas de que pagou parcialmente a dívida.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) o executado só poderá opor impugnação para defender sua tese depois de garantido o juízo pelo valor integral da execução, no prazo de 15 dias a contar da intimação da constrição.
- (B) caso exista mais de um executado, independentemente da penhora, a partir do momento da juntada de cada mandado positivo aos autos, poderiam estes se defender por meio de embargos do devedor.
- (C) o executado só poderá opor embargos do devedor para defender sua tese depois de garantido o juízo pelo valor integral da execução, no prazo de 15 dias a contar da juntada aos autos do mandado positivo de citação.
- (D) caso houvesse mais de um executado, independentemente da penhora, a partir do momento da juntada do último mandado positivo aos autos, poderiam estes se defender por meio de embargos do devedor, no prazo de 15 dias.
- (E) o executado tem como única forma de defesa no caso em tela a exceção de pré-executividade, uma vez que tese de excesso de execução é matéria de ordem pública que só pode ser discutida por meio desse instrumento.

39. Imaginando-se que estando em trâmite o cumprimento de uma sentença cuja obrigação é o pagamento de quantia certa, não sejam encontrados bens do devedor, mesmo sendo adotadas todas as medidas necessárias para que sejam encontrados bens do executado. Nesse caso, dentro do que prevê as regras do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a execução deverá ser extinta caso não se encontrem bens dentro do prazo de 30 dias.
- (B) deverá ser arquivado definitivamente de forma imediata o processo que será extinto pela insolvência do devedor.
- (C) será suspensa a execução por prazo indeterminado, até que sejam encontrados bens do devedor.
- (D) as partes ficam obrigadas a convencionar um prazo de suspensão até que o executado tenha condições que quitar espontaneamente o crédito, caso em que será extinta a execução.
- (E) o credor deverá requerer a remissão da dívida, para que seja declarada sua extinção.

40. Assinale a alternativa que traz a correta interpretação sobre o instituto da Ação Monitória.

- (A) O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, mesmo que não acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.
- (B) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é de um decênio a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.
- (C) A reconvenção não é cabível na ação monitória, mesmo após a conversão do procedimento em ordinário.
- (D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública.
- (E) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.

41. Pelo princípio da unirrecorribilidade recursal para cada ato judicial caberá um recurso específico. Sobre este tema, é correto afirmar que caberá

- (A) agravo de instrumento da decisão que extingue a execução ao julgar procedente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo executado.
- (B) apelação que será recebida no seu duplo efeito contra sentença que confirmar a antecipação de tutela.
- (C) agravo de instrumento da decisão proferida em sede de audiência de instrução e julgamento que indefere a contradita apresentada por uma das partes.
- (D) apelação que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo contra sentença que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem.
- (E) embargos infringentes da decisão não unânime do Tribunal que houver julgado improcedente ação rescisória.

42. Sabe-se que execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias é regida pela Lei nº 6.830/80 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Sobre o procedimento aplicado a essas execuções, é correto afirmar que
- (A) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez. Tal presunção é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.
 - (B) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
 - (C) o executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - (D) na execução fiscal, a intimação do representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente ou por meio do Diário de Justiça.
 - (E) a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
43. O Decreto-Lei nº 3.365/41 dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública e em seu bojo traz os ditames do processo judicial para concretizar essa expropriação. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Somente os juízes que tiverem garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos poderão conhecer dos processos de desapropriação.
 - (B) A citação far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens. Se casados os proprietários, ambos deverão ser citados de forma independente.
 - (C) Feita a citação na ação de desapropriação, a causa seguirá com o rito sumário.
 - (D) No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado.
 - (E) Da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriante, e com ambos os efeitos, quando o for pelo expropriado.
44. Assinale a assertiva correta no que se refere à ação cautelar fiscal.
- (A) O procedimento cautelar fiscal somente poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Pública de qualquer dos entes tributantes ou de suas autarquias, regra essa que não comporta exceção.
 - (B) Para a concessão da medida cautelar fiscal é dispensável a prova literal da constituição do crédito fiscal, bastando que a Fazenda Pública demonstre, por qualquer meio de prova em direito admitido, qualquer dos comportamentos do devedor, especificados na lei que rege seu procedimento.
 - (C) A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, ainda que a execução judicial esteja em Tribunal.
 - (D) O Juiz concederá liminarmente a medida cautelar mediante justificação prévia da Fazenda Pública.
 - (E) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.
45. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao procedimento do mandado de segurança.
- (A) O ingresso de litisconsorte ativo só será admitido após o despacho da petição inicial.
 - (B) Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - (C) Será concedido mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, independentemente de caução.
 - (D) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
 - (E) Será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

46. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as regras estabelecidas pelo Código Tributário Nacional. De acordo com tais regras, deverão ser pagos em primeiro lugar os débitos

- (A) na ordem crescente de seus montantes.
- (B) decorrentes de impostos, depois de taxas e por fim os decorrentes de contribuições de melhoria.
- (C) decorrentes de contribuições de melhoria, depois de impostos e por fim os decorrentes de taxas.
- (D) decorrentes de obrigação própria e depois os decorrentes de responsabilidade tributária.
- (E) na ordem decrescente dos prazos de prescrição.

DIREITO FINANCEIRO

47. Determina a Lei nº 10.520/02 que os entes federativos, para as compras e contratações de bens e serviços comuns, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico, quando efetuadas pelo sistema de

- (A) registro de preços.
- (B) contabilização diferida.
- (C) regime de caixa.
- (D) padronização.
- (E) credenciamento.

48. Segundo as disposições do Decreto nº 6.135/03, do Município de Guaratinguetá, iniciada a fase externa do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, no prazo de até

- (A) 1 dia útil a contar da publicação do ato convocatório.
- (B) 2 dias úteis a contar da publicação do ato convocatório.
- (C) 2 dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- (D) 5 dias úteis após a data fixada para recebimento das propostas.
- (E) 1 dia útil antes da data fixada para recebimento das propostas.

49. As modalidades de licitação, conforme estabelecidas pela Lei nº 8.666/93, são determinadas tendo em vista o valor estimado da contratação. De acordo com a referida lei, para compras e serviços, exceto os de engenharia, cujo valor seja de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), a modalidade licitatória a ser utilizada será

- (A) a concorrência.
- (B) o convite.
- (C) a tomada de preços.
- (D) o leilão.
- (E) o pregão.

50. O contrato administrativo, de acordo com a regência que lhe é conferida pela Lei nº 8.666/93, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando

- (A) conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como o modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (C) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- (D) houver modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei que disciplina a matéria.
- (E) assim entender por bem a Administração Pública, sem que assista ao contratado direito à indenização em qualquer caso.

51. Impõe a Lei nº 6.404/76 que, ao final de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras que estabelece, e que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. Além das mesmas demonstrações financeiras exigíveis para todas, somente as companhias abertas devem apresentar, também,

- (A) balanço patrimonial.
- (B) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.
- (C) demonstração do resultado do exercício.
- (D) demonstração dos fluxos de caixa.
- (E) demonstração do valor adicionado.

52. Assinale a alternativa correta.

- (A) As companhias abertas de economia mista não estão sujeitas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (B) As disposições da Lei nº 6.404/76 não são aplicáveis às sociedades anônimas de economia mista, visto que sua regência se dá pelas disposições especiais de Lei Federal.
- (C) A pessoa jurídica que controla a companhia de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador, conforme estabelecidos na Lei nº 6.404/76, mas poderá orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação.
- (D) A companhia de economia mista poderá explorar todos os empreendimentos ou exercer as mesmas atividades próprias de qualquer tipo de empresário, sendo tais empreendimentos ou atividades regidos pelo direito privado.
- (E) As companhias de economia mista terão, facultativamente, Conselho de Administração, mas em o constituindo, será assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

DIREITO PENAL

53. Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A nova lei penal mais grave não se aplica, em nenhum caso, ao crime continuado ou permanente.
- (B) Mesmo após o trânsito em julgado de sentença condenatória, a aplicação da lei penal mais benigna compete ao juiz que prolatou a sentença condenatória.
- (C) Aos crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada em vôo no espaço aéreo brasileiro, aplica-se a lei do país de origem.
- (D) Crime contra a fé pública da União praticado no exterior ficará sujeito apenas à lei do país em que o crime se consumou.
- (E) As imunidades diplomáticas não se aplicam aos empregados particulares dos diplomatas, ainda que oriundos do Estado representado.

54. Suponha que Felisberto, 25 anos, estudante de direito, pague uma compra no valor de R\$ 150,00 com duas cédulas falsas de R\$ 100,00, das quais conhece a falsidade, e que, dois dias após o pagamento, se arrependa, procure o dono do estabelecimento comercial e pague com moeda verdadeira. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que Felisberto poderá responder criminalmente por

- (A) moeda falsa.
- (B) moeda falsa com redução de pena em razão da desistência voluntária.
- (C) moeda falsa na modalidade tentada.
- (D) moeda falsa, mas fará jus à redução de pena, referente ao arrependimento posterior.
- (E) moeda falsa, mas fará jus à redução de pena referente ao arrependimento eficaz.

55. Humberto e Cristina, casados há 3 anos, já não vivem aquela felicidade dos tempos de namoro. Muitos problemas financeiros e o ciúme incontrolável do marido fizeram com que Cristina decidisse separar-se de Humberto, que não concorda e não quer se separar de sua mulher. Certo dia, Cristina fez as malas e foi embora, morar com sua mãe. Humberto, enfurecido e inconformado, decidiu atear fogo à casa da mãe de Cristina. Arremessou uma mecha acesa pela janela da casa, que, no momento, estava vazia. O fogo alastrou pelo sofá, mas foi apagado pelos vizinhos antes de tomar conta de toda a casa.

Com base na narrativa, pode-se afirmar que Humberto responderá por

- (A) incêndio doloso consumado.
- (B) incêndio culposo, com causa de aumento de pena.
- (C) tentativa de incêndio doloso.
- (D) tentativa de incêndio culposo.
- (E) incêndio doloso qualificado.

56. Jeremias foi aprovado no concurso para Delegado de Polícia Estadual. Um mês antes de tomar posse do cargo, exigiu quantia em dinheiro de alguns traficantes da região, com o pretexto de fazer “vista grossa” quanto a eventuais inquéritos policiais por tráfico de drogas. Pode-se afirmar que Jeremias praticou o crime de

- (A) prevaricação.
- (B) corrupção ativa.
- (C) corrupção passiva.
- (D) concussão.
- (E) condescendência criminosa.

57. Assinale a alternativa correta.

- (A) O sufrágio censitário é uma das espécies do sufrágio universal.
- (B) O plebiscito é o chamamento do cidadão para manifestar-se sobre ratificação ou rejeição de ato normativo já editado pelo legislador, enquanto que o referendo é a convocação do cidadão para manifestar-se sobre a aprovação ou reprovação de ato normativo a ser deliberado pelo legislador.
- (C) A Justiça Eleitoral exerce exclusivamente as funções jurisdicional, normativa e consultiva.
- (D) O eleitor que estiver no país e deixar de votar, não se justificando perante o Juiz Eleitoral até sessenta dias após a eleição, incorrerá em pena de multa. Diversamente, o eleitor que estiver no exterior e deixar de votar terá trinta dias contados de seu retorno ao país para se justificar perante o Juiz Eleitoral, sob pena de multa.
- (E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais de Estados diversos.

58. Assinale a alternativa correta quanto ao controle da legalidade das eleições.

- (A) A ação de investigação judicial eleitoral tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (B) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas não se aplicará à eleição que ocorra até seis meses da data de sua vigência.
- (C) O cômputo dos votos atribuídos ao candidato cujo registro indeferido esteja *sub judice* no dia da eleição ficará condicionado ao deferimento de seu registro por instância superior.
- (D) Na propaganda para eleição majoritária, a coligação poderá usar, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- (E) É de competência ativa exclusiva para propor a ação judicial eleitoral o Ministério Público Eleitoral e os Partidos Políticos.

59. Quanto aos partidos políticos, é correto afirmar que

- (A) o filiado que realizar nova filiação a outro partido político deve comunicar a nova filiação ao partido a que era filiado anteriormente, sob pena de ser considerada nula a nova filiação e mantida a filiação anterior.
- (B) o balanço contábil dos órgãos municipais deve ser apresentado semestralmente aos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados a que se encontram, para análise e julgamento.
- (C) é permitida a doação em dinheiro, proveniente de pessoa física, ao partido político, desde que lançada na contabilidade e identificado o doador por intermédio do número do CPF.
- (D) a direção partidária é desonerada de discriminar, na prestação de contas, as despesas do fundo partidário que forem realizadas na propaganda doutrinária e política.
- (E) é vedado ao partido político receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive por intermédio de publicidade de qualquer espécie, procedente de autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos e sociedades de economia mista.

60. Assinale a alternativa correta.

- (A) No período eleitoral, para os cargos de Governador e Senador, é vedada à concessionária de serviço de fornecimento de água e esgoto municipal realizar propaganda de seus serviços, sob pena de ser considerada conduta vedada com a suspensão imediata da referida conduta e multa aos responsáveis no valor de cinco a cem mil UFIR.
- (B) É vedado a qualquer candidato o comparecimento a inaugurações de obras públicas três meses precedentes ao pleito.
- (C) A pessoa jurídica pode doar até cinco por cento do faturamento bruto do ano anterior à eleição a partir do registro dos comitês financeiros dos partidos ou coligações.
- (D) O induzimento de alguém a se inscrever como eleitor fraudulentamente é punido com reclusão de dois a quatro anos e pagamento de multa.
- (E) Observar-se-á o disposto no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) para efeito de fixação do montante da pena de multa decorrente de crimes eleitorais.

61. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Justiça do Trabalho é materialmente competente para julgar mandado de segurança impetrado contra auditor fiscal do trabalho que, no exercício de sua função, autuou o empregador, devendo a ação ser impetrada originariamente no Tribunal Regional do Trabalho que detém competência sobre a região onde situado o autuado.
- (B) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação judicial cujo objetivo seja a movimentação da conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando a parte autora for o trabalhador e a parte ré, a Caixa Econômica Federal (CEF).
- (C) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- (D) A Justiça do Trabalho, embora seja competente para julgar ações decorrentes da relação de emprego, não é competente para apreciar reclamação de empregado que tenha por objeto direito fundado em quadro de carreira.
- (E) As ações relativas às infrações administrativas e criminais, decorrentes dos atos praticados pelos empregadores, independentemente se prestadores de serviço, fornecedores de mão de obra, tomadores de mão de obra ou, ainda, apenas beneficiários, em sua atividade final, da energia desprendida pelo trabalhador, são da competência exclusiva da Justiça do Trabalho.

62. Assinale a alternativa correta.

- (A) É de 30 (trinta) dias o prazo decadencial para ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave contados da ciência inequívoca do ato omissivo ou comissivo praticado pelo empregado detentor de estabilidade.
- (B) O ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave em face de empregado que incorre em abandono de emprego deve observar o prazo decadencial, contado após o trintídio de ausência do serviço.
- (C) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo, na Justiça do Trabalho, as demandas em que é parte a Administração Pública Direta e Indireta.
- (D) No procedimento sumaríssimo do processo do trabalho, as testemunhas, até o máximo de 2 (duas) para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- (E) No procedimento sumaríssimo do processo do trabalho, a ação deve ser julgada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado do seu ajuizamento, salvo nos casos de demandas em que figura, como parte, ente da Administração Pública Direta, cuja solução final deve ocorrer em 30 (trinta) dias.

63. De acordo com o art. 884 da CLT, é correto afirmar que

- (A) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- (B) se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 10 (dez) dias.
- (C) somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- (D) se julgarão separadamente os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhistas e previdenciários.
- (E) se considera exigível o título judicial fundado em ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, se a declaração for posterior a sua formação.

64. De acordo com a jurisprudência dominante do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado.
- (B) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução, após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo.
- (C) A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se presente seu advogado munido de procuração.
- (D) O sindicato não tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade.
- (E) O sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória.

- 65.** De acordo com a jurisprudência dominante do TST, é correto afirmar que
- (A) o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (B) está a parte obrigada, sob pena de deserção, a recolher a multa aplicada com fundamento no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil, salvo se pessoa jurídica de direito público.
 - (C) o *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando o recurso ordinário, o agravo de petição, a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do TST.
 - (D) é admissível, em instância recursal, o oferecimento de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, mediante protesto por posterior juntada, uma vez que a interposição de recurso é reputada ato urgente.
 - (E) o conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.
- 66.** De acordo com o artigo 836 da CLT, o depósito prévio para ajuizamento de ação rescisória na Justiça do Trabalho, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor, equivale a
- (A) 5% do valor da causa.
 - (B) 10% do valor da causa.
 - (C) 15% do valor da causa.
 - (D) 20% do valor da causa.
 - (E) 50% do valor da causa.

- 67.** É princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos:
- (A) a ecocompatibilização, mediante fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que tragam qualidade de vida, com a redução do impacto ambiental.
 - (B) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
 - (C) o reconhecimento do resíduo sólido utilizável como um bem econômico, político e de valor social.
 - (D) o respeito às diversidades regionais e nacionais.
 - (E) o direito da sociedade à informação e ao controle econômico e político.
- 68.** Os planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos deverão conter:
- (A) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, com a indicação da origem, do volume e da massa, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas.
 - (B) identificação das áreas favoráveis e das desfavoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.
 - (C) identificação de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com o Estado, considerando a economia de escala e as formas de prevenção dos riscos ambientais.
 - (D) procedimentos operacionais e especificações mínimas, médias e máximas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.
 - (E) sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos e privados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.
- 69.** Dentre as condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, insere-se
- (A) a existência de estudo viabilizador de plano de saneamento básico.
 - (B) a existência de plano comprovando a viabilidade técnica, social e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços.
 - (C) a existência de normas de intervenção e correção.
 - (D) a designação da entidade regional e nacional de apuração e fiscalização.
 - (E) a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

70. Quanto aos interesses ou direitos difusos, é correto afirmar que

- (A) são considerados como tais, os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- (B) são legitimados concorrentemente para a sua defesa, dentre outros, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- (C) na ação que tenha por objeto a sua tutela, onde se busque o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, apenas se pleiteado pelo exequente.
- (D) na ação que tenha por objeto a sua tutela, em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao triplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- (E) aplicam-se às ações previstas para sua tutela, com a exclusão de quaisquer outras, as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com exceção daquelas relativas ao inquérito civil.

71. No que concerne à área de reserva legal, relativa a imóvel rural, pode-se afirmar que

- (A) em caso de fracionamento do imóvel rural, não será considerada, para fins de reserva legal, a área do imóvel antes do fracionamento.
- (B) será de 30% em todas as regiões do País, com exceção da Amazônia Legal.
- (C) os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.
- (D) será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica.
- (E) será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.

72. Quanto à outorga pelo Poder Público de recursos hídricos, é correto afirmar que

- (A) toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a 30 (trinta) anos, renovável.
- (B) poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, na ausência de uso por 2 (dois) anos consecutivos.
- (C) as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes, se definido em regulamento, devem ser objeto de outorga.
- (D) o direito à extração de água de aquífero subterrâneo para insumo de processo produtivo está sujeito à outorga.
- (E) o Poder Executivo Federal poderá delegar aos Municípios competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

73. Para efeito do Estatuto da Igualdade Racial, considera(m)-se

- (A) discriminação racial ou étnico-racial: toda situação injustificada de diferenciação de fruição de oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça.
- (B) desigualdade racial: a distinção baseada em descendência que tenha por objeto restringir o reconhecimento, em igualdade de condições, de liberdades fundamentais no campo econômico.
- (C) desigualdade de gênero e raça: a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- (D) população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Ministério da Educação e Cultura.
- (E) políticas privadas: as ações, iniciativas e programas adotados pela iniciativa privada no cumprimento de suas atribuições institucionais.

74. Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Guaratinguetá acerca de saneamento e serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços de coleta, transporte e destino final do lixo contaminado serão de competência exclusiva do Município, com custos arcados por dotações orçamentárias e percentual, a ser definido em lei, de aplicação do Fundo Municipal de Saúde.
- (B) A manipulação, a acumulação e o acondicionamento do lixo contaminado serão de responsabilidade exclusiva da Municipalidade, que deverá seguir normas estabelecidas pelos órgãos de competência federal, estadual e municipal de defesa do meio ambiente.
- (C) Nas áreas rurais, haverá assistência e auxílio à população para os serviços e obras coletivas de abastecimento doméstico, animal e de irrigação, não podendo os custos serem cobrados, em parte ou na totalidade, dos beneficiados, correndo por dotações orçamentárias da Municipalidade.
- (D) A lei estabelecerá política das ações e obras de saneamento básico no Município, respeitando, como um dos princípios, a criação e o desenvolvimento de mecanismos institucionais e financeiros destinados a assegurar os benefícios do saneamento à totalidade da população.
- (E) O Município de Guaratinguetá deverá instituir, por lei, Plano Anual de Saneamento, estabelecendo as diretrizes e os programas para as ações nesse campo, que deverá contemplar a eficiência dos serviços de saneamento, que deverá contemplar a modicidade das tarifas praticadas.

75. A realização das obras e dos serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos da Lei Municipal nº 3.933/07, é de competência

- (A) da Secretaria Municipal de Saneamento e Recursos Hídricos.
- (B) do Serviço Autônomo de Águas, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – SAAEG.
- (C) da Agência Reguladora do Serviço de Água, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – ARSAEG.
- (D) da Secretaria Municipal da Administração.
- (E) da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG.

76. A Assembleia Geral da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, nos termos de seu Estatuto Social,

- (A) reunir-se-á ordinariamente nos 6 (seis) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, que se dá aos 31 de dezembro de cada ano, para aprovação do balanço e dos demais fins previstos em lei.
- (B) fiscalizará a gestão dos diretores e examinará, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos.
- (C) deve ser convocada por meio de edital publicado com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação.
- (D) deverá disponibilizar aos acionistas todos os documentos a serem analisados ou discutidos na Assembleia Geral, em sua sede social, 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião ordinária ou extraordinária.
- (E) será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho Fiscal ou seu substituto em exercício, que escolherá, entre os presentes, o Secretário para os trabalhos.

77. Sobre as competências dos órgãos sociais da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, previstas em seu Estatuto Social, é correto afirmar que

- (A) a representação da Companhia em juízo ou fora dele e a movimentação de contas em bancos são de competência da Diretoria.
- (B) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas pela companhia é atribuição do Conselho de Administração.
- (C) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e nomear os auditores externos são competências da Diretoria Executiva.
- (D) o Conselho Fiscal autorizará a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais.
- (E) o levantamento de balanços ou balancetes patrimoniais da Companhia é atribuição do Conselho Fiscal.

- 78.** Usuário do Serviço de Água, Esgoto e Resíduos do Município de Guaratinguetá constata vazamento em seu imóvel e providencia o conserto às suas expensas. Nos termos do regulamento da SAEG, este usuário poderá
- (A) obter o ressarcimento dos custos do conserto, após apresentar declaração do proprietário de que houve um vazamento no imóvel com firma reconhecida, nota fiscal da compra do material hidráulico utilizado ou recibo de prestação de serviço com firma reconhecida.
 - (B) comprovado o vazamento, observadas as disposições do regulamento, ter corrigidas três contas: a conta do mês anterior à constatação da ocorrência, a do mês da ocorrência, e a conta subsequente ao mês da ocorrência.
 - (C) solicitar a religação do ramal de água por motivo de suspensão do cavalete, o que gerará uma vistoria na ligação, sendo que, somente depois disso, será autorizada a religação.
 - (D) requerer o restabelecimento do fornecimento de água, caso a mesma tenha sido suprimida anteriormente, dependendo-se do aguardo do pagamento do débito ou da primeira parcela.
 - (E) obter parcelamento ou reparcelamento das tarifas decorrentes, sendo cobrados 30% (trinta por cento) do valor total do débito na primeira parcela, sendo o menor valor a ser parcelado de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo.
- 79.** A SAEG, nos termos de seu regulamento, concederá isenção do pagamento de consumo de água potável tratada e do correspondente valor de coleta do esgoto sanitário, por ligação,
- (A) para instituições assistenciais e filantrópicas, hospitais, entidades religiosas, carentes de recurso e legalmente reconhecidas, de acordo com os limites máximos estipulados na “Tabela de Isenção”, em suas categorias, desde que preenchidos os requisitos legais.
 - (B) para entidades religiosas que possuam cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social e Declaração de Utilidade Pública concedida pela Câmara Municipal de Guaratinguetá.
 - (C) a entidades sem fins lucrativos, que possuam inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, realizarem cadastramento todo mês de maio e estiverem quites com os pagamentos, ou com, no máximo, 3 (três) contas em aberto.
 - (D) aos hospitais, sendo tal benefício extensível a consultórios, clínicas e laboratórios médicos e lanchonetes particulares dentro de tais nosocômios, desde que estes não possuam fins lucrativos e estejam cadastrados no Conselho Municipal de Assistência Social.
 - (E) às entidades assistenciais e filantrópicas que não possuam fins lucrativos, sejam carentes de recursos, pagando, no entanto, pelo consumo que exceder 750 m³ no somatório do consumo dos últimos 6 (seis) meses.
- 80.** Considerando que Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG é uma sociedade de economia mista, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ela deverá
- (A) remeter àquela Corte, até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópia dos convênios firmados com órgãos públicos e os contratos de operações de crédito, acompanhados de memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro e de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
 - (B) encaminhar, no máximo em 30 (trinta) dias, a comunicação do término das obras e/ou serviços, acompanhada de cópia do termo de recebimento provisório e/ou definitivo, com indicação expressa da existência ou não de pendências, reajustamentos ou acertos de qualquer natureza.
 - (C) comunicar, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Tribunal de Contas, que constatou irregularidades ou falta de prestação de contas de convênio com entidades não-governamentais sem fins lucrativos, mesmo apesar de os convênios como tais não serem objeto de remessa obrigatória e análise pelo Tribunal de Contas.
 - (D) remeter àquela Corte de Contas, até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópia de todos os contratos ou atos jurídicos análogos, celebrados no mês anterior, inclusive os relativos à concessão e permissão de serviços públicos, de valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), corrigido anualmente pela UFESP, para obras e serviços de engenharia.
 - (E) comunicar, em caso de paralisação, rescisão ou extinção do convênio com entidade sem fins lucrativos, ao Tribunal de Contas, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da ciência do fato ou da decisão administrativa, conforme o caso, as providências adotadas, inclusive quanto à restituição dos bens cedidos e do saldo de recursos e rendimentos de aplicação financeira.

